



A votação: 56 contra, 27 a favor.



Nas galerias, festa do funcionalismo.

relator da Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, Bernardo Cabral, voltou a defender-se, ontem, das críticas que vem sofrendo de parte de constituintes de vários partidos, em consequência da entrevista que deu a O Estado de S. Paulo, publicada na edição do último domingo.

"A maioria dos que me criticaram sequer leu a minha entrevista", argumentou Cabral, respondendo às acusações de que foi "parcial" e prejudicial a Constituinte, na entrevista. "Os que fazem as críticas estão sendo injustos, porque pinçaram uma declaração isolada, sem se preocuparem com a entrevista em todo o seu contexto", disse o relator.

Hoje, a Comissão de Sistematização reúne-se, pela manhã, para examinar em definitivo o parecer de Bernardo Cabral sobre a instituição de um minirregimento para objetivar os trabalhos da Comissão. Para Cabral, esses trabalhos estão sendo morosos e malconduzidos, devido à falta de regras específicas, que não estão previstas no regimento interno comum.

De outra parte, o presidente da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público da Assembléia Constituinte, deputado José Costa (PMDB-AL), defendeu a manutenção do Supremo Tribunal Federal e a preservação do sistema difuso de controle de constitucionalidade, com a figura de juiz de primeiro grau como

ANC  
93

CONSTITUINTE  
21 MAI 1987

**Cabral mostra  
minirregimento e  
defende-se  
mais uma vez**

JORNAL DA TARDE

guardião da Constituição. A proposta de Costa contrapõe-se ao anteprojeto elaborado pelo relator da Subcomissão, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que extingue o STF e cria o Tribunal Constitucional.

Para Costa, a experiência das cortes constitucionais, nos moldes da proposta de Arruda Sampaio, em países como Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, não são "animadoras" e, portanto, sua implantação é "desaconselhável" no Brasil. A manutenção do STF, defendida por Costa, acata opinião, no mesmo sentido, expressa pelo procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence.

Por sua vez, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, persiste na defesa de uma corte constitucional em substituição ao STF. Bastos considera essencial a criação da corte

como instrumento de "preservação da própria Lei maior da Nação".

O presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Flávio Brito, disse ontem que encaminhou documento ao presidente José Sarney, denunciando a existência de grupos "intransigentes" no interior da Constituinte. Ele citou nominalmente "a igreja, a CUT, a CGT e os comunistas", que, a seu ver, "entopem", a sala de reuniões da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária. No mesmo documento. Brito protesta contra as altas taxas de juros, principalmente dos bancos privados, e contra a portaria do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF); Jaime Santiago, que proíbe o desmatamento da região amazônica sem licença da entidade.

Pelo menos dez parlamentares que integram a Subcomissão de Política Agrícola, Agrária e Fundiária apóiam o substitutivo ao anteprojeto do relator da mesma subcomissão, Osvaldo Lima Filho, que foi apresentado pelo deputado Rosa Prata (PMDB-MG). No sábado, será votado o relatório final da subcomissão e a aprovação do substitutivo — que segundo os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Alysson Paulinelli (PFL-MG) pode "corrigir" idéias defendidas por Lima Filho "incompatíveis ao meio rural" — é tida como muito apertada.